

ISBN 978-85-249-1952-7



Análise de textos de comunicação traz a marca da contemporaneidade – pela natureza dos textos que analisa, principalmente, da publicidade e da imprensa – e a ancoragem em uma tradição intrínseca à produção do autor: a abordagem do texto como discurso. Muito bem acolhido entre nosso público, surge agora nova edição, ampliada, daquele traduzido no Brasil em 2001.



ANÁLISE DE TEXTOS DE COMUNICAÇÃO

Dominique Maingueneau

Dominique Maingueneau

ANÁLISE DE TEXTOS DE COMUNICAÇÃO

6ª edição ampliada

SABADO / 14 DE JULHO	
poupatempo	
POSTOS	
Zona Leste	
Poupatempo Itaquera	DIADEMA
Av. do Contorno, 664	DIADEMA
	BARUERI
	GUARULHOS
	GUARULHOS
	MAIRIPORA
	MAIRIPORA
	RIBEIRAO PIRES
	RIBEIRAO PIRES
Centro	
Poupatempo Sé	SANTO ANDRE
Praça do Carmo, 51	SANTO ANDRE
	SÃO BERNARDO DO CAMPO
Poupatempo Luz	SÃO GASTÃO DO SUL
Praça Alfredo Issa	SÃO GASTÃO DO SUL
	SÃO GASTÃO DO SUL
Zona Sul	
Poupatempo Santo Amador Bueno	
Rua Amador Bueno	
ABC	
Poupatempo São do Campo	
Rua Nicolau Filiz	
Centro	
GRANDE SP	
Poupatempo Guarapiranga	
Rua José Campana	
Bairro Macedo	
Poupatempo Osasco	
Av. Hilario Pereira	
664. Vila Iara (de sexta, das 8h às	
sábado, das 8h	

anúncio comercial visa persuadir um consumidor etc.). Nessa acepção, “enunciado” possui, portanto, um valor quase equivalente ao de “texto”;

- “texto” emprega-se igualmente com um valor mais preciso, quando se trata de apreender o enunciado *como um todo, como constituindo uma totalidade coerente*. O ramo da linguística que estuda essa coerência chama-se precisamente “linguística textual”. Com efeito, tende-se a falar de “texto” quando se trata de produções verbais orais ou escritas, estruturadas de forma a perdurarem, a se repetirem, a circularem longe de seu contexto original. É por isso que, no uso corrente, fala-se, de preferência, de “textos literários”, “textos jurídicos”, evitando-se chamar de “texto” uma conversa.

Um texto não é necessariamente produzido por um só locutor. Em um debate ou uma conversa..., ele se apresenta como sendo atribuído a vários locutores. Os locutores podem também ser hierarquizados, no caso do “discurso relatado”, ou seja, quando um locutor inclui em sua fala as palavras de um outro locutor (ver capítulo 12). Essa diversidade de vozes já é uma primeira forma de heterogeneidade dos textos. Outra forma de heterogeneidade: a associação, no mesmo texto, de signos *linguísticos* e signos *icônicos* (fotos, desenhos...). Além disso, a diversificação das técnicas de gravação e de reprodução da imagem e do som vem modificando consideravelmente a representação tradicional do texto: este não se apresenta mais unicamente como um conjunto de signos sobre uma página, mas pode ser um filme, uma gravação em fita cassete, um programa em disquete, uma mistura de signos verbais, musicais e de imagens em um CD-ROM...

Neste livro, utilizaremos mais frequentemente “enunciado” com o valor de frase inscrita em um contexto particular, e falaremos preferencialmente de “texto” quando se tratar de unidades verbais pertencentes a um gênero de discurso. Mas quando tal distinção não tiver importância, utilizaremos indiferentemente os dois termos.

5

TIPOS E GÊNEROS DE DISCURSO

Todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso*. Os locutores dispõem de uma infinidade de termos para categorizar a imensa variedade dos textos produzidos em uma sociedade: “conversa”, “manual”, “jornal”, “tragédia”, “*reality show*”, “romance sentimental”, “descrição”, “polêmica”, “soneto”, “narrativa”, “máxima”, “semanário”, “panfleto”, “relatório de estágio”, “mito”, “cartão de boas festas”. Nota-se que a denominação desses gêneros apoia-se em critérios muito heterogêneos: “romance sentimental” remete a um tipo de conteúdo (sentimental); “narrativa”, a um modo de organização textual; “jornal”, ao caráter periódico da publicação; “soneto”, a uma certa disposição dos versos de um poema... Essas categorias variam em função do uso que delas se faz: as categorias de que dispõe um leitor que procura um livro em uma livraria não são as dos livreiros, as dos críticos literários dos jornais, nem as dos teóricos da literatura. Existem denominações que não pertencem ao léxico corrente, são próprias de certas profissões. Os jornalistas, por exemplo, utilizam um vocabulário específico, ensinado nos cursos profissionais: “primeira página”, “chamada”, “lide”...

Tais categorias correspondem às necessidades da vida cotidiana e o analista do discurso não pode ignorá-las. Mas também não pode contentar-se com elas, se quiser definir critérios rigorosos. O rigor não impede, contudo, que se aceitem critérios variados, que correspondem a formas distintas de apreender o discurso. Existem, pois, tipologias de diversas espécies.

1. As tipologias comunicacionais

Categorias como “discurso polêmico”, “didático”, “prescritivo” etc. indicam aquilo que se *faz* com o enunciado, qual é a sua *orientação comunicacional*. Elas se apresentam ora como classificações por *funções da linguagem*, ora por *funções sociais*. Mas é muito difícil traçar uma fronteira nítida entre esses dois tipos. Oscila-se entre categorias muito abstratas como “polêmico”, “prescritivo”, “informativo”..., que permeiam o conjunto dos gêneros de discurso, e categorias muito mais próximas das divisões da sociedade em setores de atividades (“político”, “estético”, “ético”,...).

Classificações por funções da linguagem

A tipologia das “funções da linguagem” de R. Jakobson (funções “referencial”, “emotiva”, “conativa”, “fática”, “metalinguística”, “poética”) é a mais célebre dessas classificações de ordem comunicacional. Os discursos são classificados de acordo com a função predominante. Por exemplo, nos textos em que a função conativa predomina (folhetos publicitários, instruções de uso, normas...), o locutor busca agir sobre o outro; no caso das gramáticas ou dos dicionários, dominaria a função “metalinguística” (quando a língua toma a si mesma por objeto) etc. Essa tipologia é de um manuseio muito delicado: não somente um mesmo discurso mobiliza muitas funções ao mesmo tempo, como também há muitos enunciados difíceis de associar com clareza a uma dessas seis funções.

Classificações por funções sociais

Muitos antropólogos ou sociólogos propõem distinguir um certo número de funções que seriam necessárias à sociedade: “função lúdica”, “função de contato”, “função religiosa” etc. Um gênero como a charada, por exemplo, poderia ser integrado à função lúdica; um gênero como o sermão, à função religiosa; a conversa familiar, à função de contato etc. Tais funções são comuns a vários gêneros de discurso: uma função como

a de “contato” encontra-se tanto em conversas de bar como em manifestações de pêsames, em cartões postais etc.

2. As tipologias de situações de comunicação

Gêneros do discurso

Rótulos como “revista”, “*vaudeville*”, “entrevista de seleção profissional”, “talk show” etc. designam o que habitualmente entendemos por **gêneros de discurso**, isto é, dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. O gênero do relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência profissional, de professores para aplicar e avaliar as tarefas escritas e, acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. Poderíamos dizer coisas da mesma ordem a respeito do gênero “*fait divers*”, que aparece nas sociedades em que há uma imprensa escrita de grande tiragem: num vilarejo, o boato é suficiente para divulgar as notícias.

As tipologias dos gêneros de discurso se contrapõem, desse modo, às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável. Em toda sociedade, seja qual for a época, encontramos categorias tais como “didático”, “lúdico”, “prescritivo”... enquanto o *talk-show* ou o editorial nada têm de eterno. Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível.

Gêneros e tipos

Alguns autores empregam indiferentemente “gênero” e “tipo de discurso”, mas a tendência dominante é a de distingui-los, como o fazemos desde o início desse livro: os gêneros de discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores de atividade social. Assim, o “*talk-show*” constitui um gênero de discurso no interior do tipo de discurso “televisivo” que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais

vasto, o tipo de discurso “midiático”, em que figurariam também o tipo de discurso radiofônico e o da imprensa escrita. Dividimos, assim, a sociedade em diferentes setores: produção de mercadorias, administração, lazer, saúde, ensino, pesquisa científica etc. — setores que correspondem a grandes tipos de discurso. Tais divisões se baseiam em grades sociológicas mais ou menos intuitivas.

Outras classificações

Podemos dividir os gêneros de discurso tomando por invariante não um setor de atividade, mas um *lugar institucional*: o hospital, a escola, a empresa, a família... Se tomamos por invariante o hospital, por exemplo, podemos listar os múltiplos gêneros de discursos escritos ou orais que ali são praticados: a consulta, o laudo médico, as reuniões de serviço, as sessões de radiografia etc.

Podemos também tomar como critério o *estatuto dos parceiros* do discurso: discursos entre crianças e adultos, entre crianças, entre homens e mulheres, entre mulheres, entre superiores e inferiores etc. Mas falar do “discurso dos jovens” ou do “discurso das mulheres” provoca grandes dificuldades, pois são categorias enganadoras: um “jovem” participa efetivamente de múltiplas atividades de discurso, com interlocutores muito variados.

Ao lado dessas divisões baseadas no estatuto dos parceiros, há outras ligadas a um posicionamento de natureza *ideológica*: o “discurso socialista” ou o “discurso católico” de tal época ou de tal lugar... Na verdade, para a análise do discurso, tais unidades são indissociáveis dos gêneros de discurso que elas mobilizam e da forma como os mobilizam (ver capítulo 6).

3. Tipologias linguísticas e discursivas

As tipologias enunciativas

Deixamos de lado um tipo de classificação menos conhecido por se basear em propriedades linguísticas, mais precisamente, enunciativas. Na

base encontra-se a oposição estabelecida pelo linguista francês Émile Benveniste entre “discurso” e “história” (ou “narrativa”), que retomaremos nos capítulos 10 e 11. Para dar um exemplo caricatural, essa divisão permite opor um provérbio a uma conversa familiar: a enunciação do provérbio implica um tipo de corte entre o enunciado e sua situação de enunciação (ausência de EU-VOCÊ, nenhuma referência ao momento da enunciação), ao passo que uma conversa se organiza em torno da dupla EU-VOCÊ e de um presente que coincide com o momento da enunciação.

Em busca de tipologias discursivas

As tipologias enunciativas estão muito distantes da inscrição social dos enunciados. Por sua vez, as tipologias comunicacionais ou situacionais não levam em consideração os funcionamentos linguísticos dos textos. Para a análise do discurso, o ideal seria poder apoiar-se também sobre tipologias propriamente *discursivas*, ou seja, tipologias que não separassem, por um lado, as caracterizações ligadas às funções, aos tipos e aos gêneros de discurso e, por outro, as caracterizações enunciativas. Com o progresso das pesquisas sobre o discurso, tais tipologias não deixarão de se desenvolver. O que chamamos de “discurso de vulgarização”, por exemplo, corresponde a uma função social, mas é igualmente indissociável de certos funcionamentos linguísticos: não se podem separar esses dois aspectos.

4. Utilidade dos gêneros de discurso

Um fator de economia

Para um locutor, o fato de dominar vários gêneros de discurso é um fator de considerável *economia cognitiva*. Como enfatizava o linguista russo M. Bakhtin,

Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo [...] Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível.¹

Graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta. Em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar apenas em um número reduzido de elementos.

Assegurar a comunicação

Sendo partilhada pelos membros de uma coletividade, a competência genérica permite também evitar a violência, o mal-entendido, a angústia de um ou outro dos participantes da troca verbal..., enfim, permite *assegurar* a comunicação verbal.

Suponhamos que eu escreva um cartão postal de férias a um amigo; ele sabe tanto quanto eu o que esperar desse tipo de mensagem, e cada um de nós sabe que o outro detém tal saber: ele não ficará magoado pelo fato de meu texto ser muito curto, nem chocado por eu falar somente do tempo e de meus passeios ou por eu não enviar o cartão em um envelope etc. Respeitando, assim, as normas do gênero do cartão postal, não corro o risco de ofender meu destinatário ou de perder sua consideração (ver capítulo 2, item 3, a noção de “face”). Além disso, como um certo número de direitos e deveres associados ao gênero são conhecidos pelos falantes, é possível fazer *transgressões* portadoras de sentido: se, estando

1. *Esthétique de la création verbale*, Gallimard, 1984, p. 285.

à beira-mar, envio um cartão postal da torre Eiffel a alguém que mora em Paris, posso esperar que ele procure descobrir o que está por trás dessa escolha. A transgressão de uma regra implícita do gênero “cartão postal de férias” permite indicar ao destinatário que ele deve procurar um subentendido, variável conforme a situação (ver capítulo 2, item 1).

5. Como conceber um gênero?

Obras e rotinas

A noção tradicional de gênero foi inicialmente elaborada no âmbito de uma poética, de uma reflexão sobre a literatura. Só recentemente ela se estendeu a todos os tipos de produções verbais. Essa transferência não se faz sem riscos. Com efeito, as obras literárias não se ligam à categoria do gênero da mesma forma que um panfleto ou um curso de matemática. Quando, por exemplo, um dramaturgo do século XVII intitula “trágédia” uma de suas obras, ele a inscreve naquilo que Jean-Marie Schaeffer chama de “classe genealógica”,² estabelecendo uma referência com obras anteriores, no caso, obras gregas, retomadas mais ou menos fielmente. A relação entre o romance picaresco francês do século XVIII, *Gil Blas*, e os romances picarescos espanhóis estabelece-se, sobretudo, pelas semelhanças e diferenças com os modelos. Acontece o mesmo quando um filósofo escreve um diálogo: ele se situa numa tradição que remonta aos diálogos de Platão. As obras apontam então para seus “protótipos”: *As Ligações Perigosas*, no caso do romance em cartas, *A Ilíada* para a epopeia etc. Em contrapartida, quando se trata não de obras singulares, mas de relatórios de estágio, de reportagens esportivas televisionadas, de cursos universitários etc., não existe tal filiação a obras consagradas: trata-se de rotinas, de comportamentos estereotipados e anônimos que se estabeleceram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua. A arenga de um camelô ou o redator de um *fait divers* seguem uma

2. *Qu'est-ce qu'un genre littéraire?* Paris: Le Seuil, 1989.

rotina, adaptada às circunstâncias; não se baseiam em nenhum texto modelo. Por outro lado, alguns gêneros muito ritualizados obedecem a um modelo definitivamente estabelecido, do qual não é possível afastar-se (por exemplo, a missa).

Uma atividade bem-sucedida ou não

Os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas (ô) que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito. Os “atos de linguagem” (a promessa, a questão, a desculpa, o conselho etc.) são submetidos a condições de êxito: por exemplo, para prometer alguma coisa a alguém, é preciso estar em condições de realizar o que se promete, que o destinatário esteja interessado na realização dessa promessa etc. **Ato de linguagem de um nível de complexidade superior, um gênero de discurso encontra-se também submetido a um conjunto de condições de êxito.** Essas condições envolvem elementos de ordens diversas, especialmente os que apresentaremos a seguir.

► Uma finalidade reconhecida

Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: “**Estamos aqui para dizer ou fazer³ o quê?**”. Começar uma conversa tem por objetivo manter laços sociais, redigir uma dissertação visa mostrar aptidões a fim de obter uma avaliação etc. Essa finalidade pode ser indireta: a publicidade visa seduzir, para, em última instância, vender um produto. A determinação correta dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado ao gênero de discurso utilizado.

3. Fórmula de P. Charaudeau, “Une analyse sémiolinguistique du discours”. *Langages*, n. 117, 1995, p. 102.

► O estatuto de parceiros legítimos

Que papel devem assumir o enunciador e o coenunciador? Nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala. Um curso universitário deve ser ministrado por um professor, que se supõe deter um saber e ser devidamente autorizado para exercer o ensino superior; deve ser dirigido a um público de estudantes que, supostamente, não detêm esse saber. Uma transação comercial envolve um cliente e um vendedor, o controle de bilhetes de transporte associa um cobrador e um passageiro, um texto publicitário põe em relação uma marca e um consumidor etc. Às vezes, essas relações são materializadas por um uniforme (*cf.* o cobrador no trem). A cada uma delas correspondem direitos e deveres, mas também saberes: o leitor de uma revista científica de cardiologia deve possuir um saber médico diferente do que detém o espectador de um programa de televisão sobre doenças cardiovasculares.

► O lugar e o momento legítimos

Todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento. Não se trata de coerções “externas”, mas de algo constitutivo. Suponhamos que um padre reze uma missa numa praça pública ou que um professor dê uma aula em um bar: são lugares normalmente ilegítimos para esses gêneros de discurso. Em consequência, **a transgressão pode ser significativa:** no primeiro exemplo, pode-se tratar de legitimar um espaço normalmente ilegítimo (mostrando que a Igreja deve abrir-se ao mundo); no segundo, pode ser, ao contrário, para protestar contra a falta de locais de ensino.

As noções de “momento” ou de “lugar” de enunciação exigidas por um gênero de discurso não são evidentes.

Um cartaz publicitário fixado à beira de uma via férrea é feito para ser visto rapidamente, enquanto uma propaganda em uma revista é itinerante (pode-se ler um periódico em qualquer lugar) e fica disponível ao leitor por tempo indeterminado. O cartaz não constitui a “mesma” propaganda que a que aparece num semanário feminino: seu público é indeterminado (qualquer pessoa que venha a andar de trem: homens, mulheres, crianças, pessoas de qualquer profissão, de qualquer idade...) já a

publicidade da revista feminina tem um público especificado. Essa diferença afeta seu modo de consumo. Os leitores potenciais do cartaz podem não chegar a tomar conhecimento dele e, de qualquer forma, não terão muito tempo nem, talvez, desejo de lê-lo. Nesse caso, o publicitário criador do cartaz deverá se contentar com um texto simples, bem curto e com letras bem grandes. No caso da revista, ao contrário, trata-se de “prender” a atenção instável do leitor que a folheia; nesse caso, propõem-se pelo menos dois níveis de texto: por um lado, um fragmento curto em letras grandes que condensa a informação e atrai o olhar; por outro, para o leitor que aceita prosseguir, um texto com letras menores em que são desenvolvidos alguns argumentos.

Quanto à **temporalidade de um gênero do discurso**, ela implica vários eixos:

- uma **periodicidade**: um curso, uma missa, um telejornal... são periódicos; já um pronunciamento de chefe de Estado ou um panfleto não obedecem a uma periodicidade;
- uma duração de **encadeamento**: a competência genérica indica aproximadamente qual é a duração de realização de um gênero de discurso. Certos gêneros implicam mesmo a possibilidade de *várias* durações. Um jornal cotidiano distingue pelo menos duas durações de leitura de um artigo: o simples levantamento dos elementos destacados em negrito e em maiúsculas, seguido eventualmente de uma verdadeira leitura do texto;
- uma **continuidade** nesse encadeamento: uma piada precisa ser contada de uma só vez, enquanto um romance é normalmente lido com um número indeterminado de interrupções;
- uma duração de **validade** presumida: uma revista é considerada válida durante uma semana; o jornal, por um dia; já um texto religioso fundador (a Bíblia, o Alcorão...) propõe-se a ser lido por tempo indefinido.

► Um suporte material

Até aqui tratamos de jornais e cartazes; entraremos agora em um campo ao qual se atribui atualmente uma grande importância: a **dimensão**

midiológica dos enunciados (ver capítulo 6). Um texto pode passar somente por ondas sonoras (oralidade), ter suas ondas tratadas e depois restituídas por um decodificador (rádio, telefone,...), ser manuscrito, impresso em um único exemplar (impressora individual), figurar na memória de um computador etc. **Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso**: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes. **O que chamamos “texto” não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de suporte/transporte e de estocagem, logo, de memorização.**

► Uma organização textual

Todo gênero de discurso está associado a uma certa organização textual que cabe à linguística textual estudar. Dominar um gênero de discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores. **Esses modos de organização podem ser objeto de uma aprendizagem: a dissertação, as anotações de síntese... se ensinam; outros gêneros, na realidade a maioria, são aprendidos por impregnação.** Um gênero elementar como o provérbio é constituído de um só enunciado estruturado de maneira binária (“Tal pai/tal filho”, “Quem tudo quer, tudo perde”...). Uma conversa começa com falas ritualizadas sobre o tempo, a saúde... e encerra-se por despedidas e promessas de um novo encontro; entre essas duas partes, os coenunciadores tomam sucessivamente a palavra e a conservam durante um tempo relativamente curto, sem seguir um plano rigoroso. Ao lado dos gêneros de organização textual rígida, como a dissertação, existem aqueles que seguem roteiros, como a conversa familiar.⁴

► Recursos linguísticos específicos

Todo gênero de discurso implica que seus participantes dominem um certo uso da língua, caso desejem corresponder convenientemente às

4. P. Charaudeau, *Cahiers de linguistique française*, Genève, n. 17, 1995, p.157.

expectativas do gênero. Para cada tipo de atividade verbal há recursos linguísticos específicos: por exemplo, existe uma certa “linguagem administrativa” que mobiliza determinadas locuções prepositivas (“no que concerne a”, “em virtude de” etc.), locuções verbais (“trazer ao conhecimento de”), certas construções de frases etc. Eis, a seguir, uma declaração* expedida por um banco; é evidente que o locutor mobiliza recursos muito diferentes dos que utilizaria em uma conversa familiar, ou mesmo em um relato de reunião.

DECLARAÇÃO

O empréstimo imobiliário, de um montante inicial de 20.000 euros, cujo número de conta e agência são citados no título, acordado por nosso estabelecimento ao Sr. X, segundo a oferta prévia de empréstimo estabelecida aos 12/06/2000, foi pago em sua totalidade por antecipação aos 09/02/2006, de modo que o crédito de nosso estabelecimento encontra-se saldado.

Fica claramente estipulado que a presente declaração concerne exclusivamente ao crédito do Banco representada pelo empréstimo registrado na conta citada no título, permanecendo o crédito do Banco representado pela(s) eventual(is) parcela(s) do empréstimo global.

A presente declaração se faz para todos os efeitos legais. Paris,...

Em um texto como esse, emprega-se um vocabulário específico, que remete a uma terminologia especializada (“montante inicial”, “oferta prévia”, “saldar um crédito” etc.) e também a expressões (“aos 12/06/2000”, “agência”** etc.), que dão ao locutor a impressão de autenticarem sua declaração. Nas frases longas (uma frase por parágrafo), estruturadas em orações subordinadas, poderemos observar também a ausência de marcas de 1ª e de 2ª pessoas, e o apagamento do agente pelo recurso às construções passivas com verbo conjugado (“são citados”, “foi pago”) ou não conjugado (“acordado”, “estabelecida”, “represen-

* O autor acrescenta tratar-se de documento autêntico, o que, por razões óbvias, não será o caso no texto traduzido para o português. (N.T.)

** A terminologia especializada a que faz referência o autor pode ser percebida no original em francês: “*en date du 12/06/2000*” e “*en l'agence*”. (N.T.)

tada”).* Todas essas marcas são características de uma enunciação que busca passar por jurídica, o que também permite ao locutor mostrar sua competência, justificar junto aos clientes e a seus colegas o lugar que ele ocupa.

Porém, não é todo gênero que implica necessariamente recursos linguísticos específicos. Existem várias atividades verbais para as quais, ao contrário, não há recursos próprios: por exemplo, os gêneros publicitários, que podem adotar os mais diversos usos da língua, em função de sua cenografia (ver adiante o capítulo 7, item 2). Nesse caso, é a ausência de recursos específicos o que faz a especificidade desses textos. Além disso, não devemos esquecer que um locutor sempre pode transgredir as normas, seja porque não as domina bem, seja porque assim delibera para produzir um certo efeito a ser interpretado em função do contexto. Quando, nos anos 1970, o jovem apresentador de telejornal Yves Mourousi substituiu o tradicional “Bom dia senhoras, bom dia senhoritas, bom dia senhores” por um simples “bom dia”, ele transgrediu uma norma, mas se apoiou implicitamente em uma nova forma de legitimidade: vivia-se em um contexto político no qual a palavra de ordem era “modernização”.

6. Dois problemas levantados pela noção de gênero

A noção de gênero é com frequência utilizada de modo pouco rigoroso para designar uma classe de textos qualquer. Para evitar problemas de compreensão, é melhor reservar o termo “gênero de discurso” para as atividades verbais assentadas em dispositivos de comunicação cujas características foram por nós apontadas: papéis dos interlocutores, mídiun, momento etc. Evitaremos, desse modo, falar de “gênero de discurso” quando se tratar de categorias fabricadas pelos analistas para designar famílias de gêneros de discurso. Se, por exemplo, decido agrupar sob o rótulo “conversa com objetivo específico” gêneros de discurso como a consulta médica, as entrevistas da imprensa escrita, os interrogatórios

* No original francês, o apagamento da pessoa também se faz pelo recurso a formas impessoais, como em “il est clairement stipulé” (na adaptação em português, “fica claramente estipulado”). (N.T.)

policiais etc., o referido termo “conversa com objetivo específico” não designará um gênero de discurso, mas sim uma família de gêneros construída por um analista que poderia, com outros critérios, construir outras famílias. Para os locutores comuns, a única realidade é a do gênero de discurso: se eles participam de uma consulta médica, eles não se perguntam se essa atividade entra na mesma categoria de uma entrevista em uma revista.

Igualmente problemáticos são os fenômenos de inclusão de “gêneros” em outros “gêneros”. Assim, diz-se regularmente que o editorial ou o *fait divers* são gêneros jornalísticos. De fato, propriamente falando, o único verdadeiro gênero de discurso é o jornal no qual esses “gêneros” se encontram incluídos: não se pode ler um *fait divers* fora do jornal do qual ele faz parte. É certo que o *fait divers* ou o editorial são gêneros de textos no sentido de obedecerem a um certo número de normas, mas não são gêneros de discurso, ou seja, não são uma atividade verbal autônoma.

gêneros de textos f. gêneros de discurso
EDITORIAL NOTÍCIA JORNAL

7. Contrato, papel, jogo

Para caracterizar os gêneros de discurso, costuma-se recorrer a metáforas tomadas de empréstimo essencialmente de três domínios: *jurídico* (contrato), *lúdico* (jogo) e *teatral* (papel). Nenhuma dessas metáforas é perfeitamente exata, nem suficiente; contudo, possuem um valor pedagógico, cada uma evidenciando um aspecto importante do gênero de discurso.

O contrato

Dizer que o gênero de discurso é um contrato⁵ significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas (ver capítulo 2, item 1). Todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam

5. Problemática que tem sido desenvolvida sobretudo por P. Charaudeau, em seu livro *Langage et Discours* (Hachette, 1983) e em seus trabalhos ulteriores.

que aceitem um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir. Evidentemente, esse “contrato” não necessita ser objeto de um acordo explícito: “É justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem que ele inclui sua própria validação. O outro interlocutor-destinatário é considerado como subscrevendo antecipadamente os termos do contrato.”⁶ Um jornalista assume o contrato implicado pelo gênero de discurso do qual participa; um *fait divers*, por exemplo, deve ser verídico (relatar somente a verdade), apresentar um tema adequado ao *fait divers* (um incêndio em um celeiro e não um acontecimento político), conter todas as informações necessárias à compreensão (*cf.* os famosos “quem?”, “quando?”, “onde?”...), não pressupor quaisquer saberes que não sejam os de seu leitor-modelo (ver capítulo 3, item 4) etc. De forma recíproca, é natural que o leitor de um *fait divers* espere que sejam respeitadas essas normas que correspondem às suas expectativas em relação ao gênero, e não poderá avaliar negativamente o texto se elas forem respeitadas.

O papel

Existe desde a Antiguidade uma longa tradição de moralistas que consideram as interações sociais como um imenso teatro onde tudo o que se faz é representar papéis. Falar de papel é insistir no fato de que cada gênero de discurso implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis. Quando um policial verifica a identidade de uma pessoa, ele intervém enquanto agente da ordem pública, não enquanto pai de uma família de três crianças, moreno, de bigode, com um sotaque de Toulouse ou da Alsácia etc. Quanto ao indivíduo investigado, a investigação se limita às oposições ter/não ter documentos, estar/não estar sendo procurado pela justiça etc. Não é assim que acontece no diálogo terapêutico, por exemplo, num tratamento psicanalítico, quando determinações bem diferentes são in-

6. P. Charaudeau, *Cahiers de linguistique française*, Genève, n. 17, 1995, p. 160.

vocadas: ser homem ou mulher, estar ou não angustiado, ser infeliz no amor etc. Essa metáfora teatral, entretanto, tem seus limites: um ator pode afirmar não ser Hamlet ou Harpagon, mas aqueles que tomam parte em gêneros de discurso, salvo em situações muito particulares, não podem deixar seus trajes nos camarins. De um certo modo, nossa personalidade é tecida com os “papéis” em que atuamos.

O jogo

Falar de **jogo** é, de alguma forma, cruzar as metáforas do contrato com as do teatro, enfatizando simultaneamente as regras implicadas na participação em um gênero de discurso e sua dimensão teatral. Como o jogo, um gênero implica um certo número de regras preestabelecidas mutuamente conhecidas e cuja transgressão põe um participante “fora do jogo”. Mas, contrariamente às regras do jogo, as regras do discurso nada têm de rígido: elas possuem zonas de variação, os gêneros podem se transformar. Além disso, o gênero de discurso raramente é gratuito, ao passo que um jogo exclui as finalidades práticas, visando apenas ao lazer.

6

MÍDIUM* E DISCURSO

SUPOORTE = manifestação material dos discursos

MÍDIUM - não é simplesmente meio

impõe coerções sobre os conteúdos e comanda os usos

1. Uma dimensão essencial

O suporte não é acessório

- mídiun audiovisual
- mídiun radiofônico

Vimos que é necessário reservar um lugar importante ao modo de manifestação material dos discursos, ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. Essa dimensão da comunicação verbal foi durante muito tempo relegada a segundo plano. Estávamos habituados, especialmente nos estudos literários, a considerar o texto como sequências de frases dotadas de sentido, indiferentes a seu mídiun. Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples

* Na tradução do *Curso de Midiologia Geral* (Vozes, 1993), obra de R. Debray citada por D. Maingueneau, fala-se de *médiun* (pl. *médiuns*) para se fazer referência às *mediações* pelas quais uma ideia se torna força material. Nesse sentido, o termo distingue-se de *mass media*: a(s) mídia(s) designa(m) “apenas um prolongamento particular, tardio e invasor” das referidas mediações. Em nossa tradução, pareceu-nos recomendável a forma *mídiun* (pl. *mídiuns*) pelas seguintes razões: por analogia à forma já consagrada *midíologia*; pela existência de *médiun*, forma já dicionarizada para se referir a outro conceito. (N.T.)